

O retorno de Lula à Assembleia Geral da ONU

GOVERNO

Lula vai discursar na Assembleia Geral da ONU pela 8ª vez, mas não deve conseguir muitas mudanças

Em busca do protagonismo global

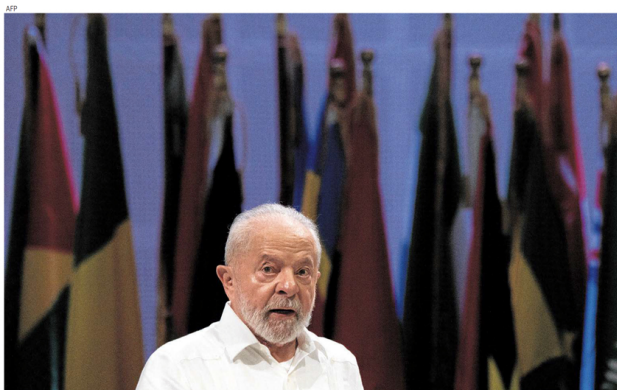
+ INGRID SOARES

Em mais um périplo global, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desembarcou, ontem, em Nova York, para participar da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Com o tema "Paz, Prosperidade, Progresso e Sustentabilidade", o encontro reúne os líderes mundiais de 193 países para discutir os principais desafios globais.

Na terça-feira, o chefe do Executivo fará o tradicional discurso de abertura do encontro. Será a oitava vez que o presidente Lula abrirá a Assembleia. Especialistas apontam que a ida do chefe do Executivo ao encontro retoma a participação ativa do Brasil nos fóruns multilaterais, onde o presidente deverá tratar de assuntos como o combate à fome e à desigualdade, guerra na Rússia na Ucrânia, Saúde, transição energética, desenvolvimento sustentável, reforma da governança global, além de aproveitar a ocasião para reverter a imagem do país pós-Jair Bolsonaro (PL), principalmente em relação ao meio ambiente.

Durante o encontro nos Estados Unidos, a agenda de Lula prevê reuniões bilaterais com o presidente norte-americano, Joe Biden, no dia 20. De acordo com o Itamaraty, os dois presidentes devem anunciar um plano em defesa da criação de vagas de trabalho decente ao redor do mundo, com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O petista também terá bilaterais com o primeiro-ministro da Alemanha, Olaf Scholz; o presidente da Palestina, Mahmoud Abbas; e o diretor da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom. A Saúde, que sofreu retrocessos, principalmente durante a pandemia de covid-19, será um dos eixos tratados na Assembleia, onde o Brasil deverá ampliar a área de atuação. Serão três encontros sobre o tema, com a presença da ministra Nísia Trindade, que informou ao Correio, na semana passada, sobre os encontros. Ela acompanhará o presidente Lula na agenda em NY e no encontro com Adhanom. Além da prevenção, prontidão e resposta a pandemias, com a negociação de um acordo internacional para estabelecer regras de cooperação, vão conversar sobre experiências como a praticada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil e o combate à tuberculose.

Lula poderá, durante o discurso na ONU, falar os benefícios do aumento da confiança no país, com destaque para melhoria



Presidente brasileiro, durante discurso na cúpula do G77, China, em Havana, no caminho para Nova York: críticas aos ricos



Dependendo dos termos do pronunciamento, Lula poderá projetar o Brasil como uma liderança nas questões de mudança de clima, de segurança alimentar e de redução da fome e da pobreza"

Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil nos EUA

da percepção dos investidores e das agências de classificação de risco, assim como do alinhamento das expectativas sobre diretriz econômica e política do governo. Na avaliação de Wagner Parente, consultor em relações internacionais e CEO da BMI Consultores Associados: "Na Assembleia, o Brasil terá a oportunidade de expor seu projeto político-econômico para os próximos anos, permitindo que as expectativas internacionais e do setor privado sejam sincronizadas às ações da iniciativa pública", afirma.

O presidente ainda deverá fazer discurso em uma nova governança global, como as reformas do Conselho de Segurança da ONU, onde o país busca um assento permanente, e do Fundo Monetário Internacional (FMI). "Essas bandeiras devem ser retomadas impulsionando o Brasil como líder de um conjunto de países em desenvolvimento interessados em descentralizar as esferas de decisão internacional", diz Parente. "Especialista em relações

internacionais, Mariana Cofferi ressalta que Lula aproveitará o evento para ditar os desejos nacionais e resgatar o protagonismo brasileiro na reunião. "Por conta da recente assinatura do decreto que instituiu a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Brasil buscará enfatizar a pauta de governança global com foco no desenvolvimento sustentável e energia limpa", diz. O retorno dessa comissão tem como objetivo prático a produção de relatórios que estabeleçam objetivos de desenvolvimento sustentável combatendo a pobreza e desigualdades sociais, mas principalmente aquelas que haviam sido deixadas de lado no último governo, na avaliação dele. "O Brasil voltará a centralizar sua política externa nos temas que já têm sido trazidos no âmbito das reuniões do G20 (grupo das 19 maiores economias do planeta) mais a União Europeia e dos Brics (grupo dos emergentes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)", aposta.

Controvérsias

Contudo, Lula tem acumulado controvérsias em sua incursão internacional. Na Índia, por exemplo, disse que o presidente russo, Vladimir Putin, não seria preso caso viesse ao Brasil para a Cúpula do G20, mesmo sendo signatário do Tribunal Penal Internacional (TPI), e ao questionar inclusive a continuidade do Brasil no Tribunal não vistas com preocupação por tratar de temas sensíveis, observa a professora de direito internacional da Universidade de São Paulo (USP) Maristela Basso.

Pela primeira vez em décadas, embora com um presidente experiente, o Brasil se apresentará na abertura da Assembleia sem uma agenda clara e, pior ainda, com uma agenda presumida em declarações atabalalhadas, fora de lugar e desastrosas a respeito de temas e questões extremamente sensíveis, tais como, a guerra na Ucrânia, as relações dos EUA com a China, desta com a Índia, das funções do G20 e seu novo contraponto, o Brics-

Também têm sido bastante indigestas para a comunidade internacional as falas no sentido de polarizar o mundo entre Norte e Sul, Ocidente e resto do mundo", analisa. "O Brasil deveria abrir a Assembleia com uma clara tentativa de reposicionamento e recuperação do prestígio internacional perdido. Para tanto, basta que Lula anuncie, por exemplo, a criação de duas autoridades internacionais com sede no Brasil: o Tribunal Internacional Ambiental e o Tribunal Internacional Anticorrupção. Ademais, deveria se abster de outros comentários", opina a acadêmica.

O ex-embaixador do Brasil em Washington Rubens Barbosa expõe que a reunião não trará medidas concretas, mas, a depender do discurso de Lula, poderá projetar o Brasil como uma liderança nas questões ambientais e de segurança alimentar. "A reforma do Conselho de Segurança da ONU não vai avançar. Mas, dependendo dos termos do pronunciamento, Lula poderá projetar o Brasil como uma liderança nas questões de mudança

de clima, de segurança alimentar e de redução da fome e da pobreza. Nesse contexto, o Brasil deveria reafirmar sua posição de independência e equidistância, tanto no tocante à guerra quanto na tensão dos EUA com a China".

Para a advogada constitucionalista Vera Chemin, mestre em direito público administrativo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o cenário que envolve o Brasil não é dos melhores, uma vez que o presidente Lula tem manifestado apoio a governos ditatoriais, além de estes serem hostilizados pelos países desenvolvidos, o que pode fragilizar a relação política e até econômica do Brasil.

"Um exemplo é o fato de o presidente estreitar relações com Cuba, China, Rússia, Venezuela e outros países que se contrapõem aos países ditos capitalistas. A questão não é a expectativa de colher algo frutífero para o país e, sim, demonstrar efetivamente que o governo está, de fato, priorizando políticas públicas que viabilizem não apenas o seu crescimento econômico e, sim, o seu 'desenvolvimento' e que contribuam para a consecução de objetivos internacionais", afirma Chemin. Mariana Cofferi destaca também que será necessário um posicionamento esperto do governo brasileiro sobre a guerra na Ucrânia, pois "o posicionamento de Lula tem sido polêmico ao apoiar estritamente o lado russo".

Na avaliação do diplomata e professor Paulo Roberto de Almeida, enquanto Bolsonaro dava maior preferência a questões internas do que internacionais com defesa a desmontes nas áreas ambientais, Lula deverá levar à Assembleia da ONU reivindicações mais agressivas quanto à responsabilidade dos países ricos no fenômeno do aquecimento global, além de insistir para os mesmos financiarem não só os programas de combate ao desmatamento nos grandes países em desenvolvimento como a transferência de tecnologias para a transição energética e industrialização sustentável.

"Lula, provavelmente, se absterá de voltar ao assunto TPI que já causou muita polêmica dentro e fora do país, mas continuará oferecendo os seus bons préstimos genéricos para contribuir com a cessação de hostilidade e para negociações de paz no conflito da Ucrânia", diz o ex-embaixador. Na avaliação dele, Lula ainda tem uma boa imagem em diversos meios, "mas a nova Guerra Fria e o conflito na Ucrânia, assim como sua falta de liderança na própria região, podem ser óbices a uma consagração no cenário".

Em Cuba, chamego sem cobranças aos devedores

EDLA LULA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu Cuba e chamou de "ilegal" o embargo econômico dos Estados Unidos à ilha. O petista, que vai se encontrar com o presidente norte-americano, Joe Biden, nesta semana em Nova York, condenou a inclusão de Cuba na lista de países patrocinadores do terrorismo, mas evitou cobrar formalmente o país caribenho da dívida com o Brasil.

"Cuba tem sido defensora de uma governança global mais justa. É até hoje vítima de um embargo econômico ilegal. O Brasil é contra qualquer medida coercitiva

de caráter unilateral. Rechaçamos a inclusão de Cuba na lista de Estados patrocinadores do terrorismo", afirmou Lula, ontem, na reunião de cúpula do G77 + China.

Em 2009, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo brasileiro emprestou US\$ 658 milhões (R\$ 3,2 bilhões) para financiar obras no Porto Mariel. Cuba interrompeu imediatamente o país caribenho da dívida em 2018, sob alegação de que não tem recursos para quitar a dívida, que gira em torno de R\$ 2,5 bilhões. Nesse período, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump,

endureceu a política de embargo ao país. A crise se intensificou nos anos seguintes, em consequência da pandemia de covid-19, que resultou no enfraquecimento do turismo — importante atividade econômica cubana.

Além de criticar o embargo a Cuba, Lula voltou a cobrar dos países ricos o prometido financiamento de projetos nos países em desenvolvimento, que possuem o enfrentamento das mudanças climáticas, provocadas, historicamente, pelos países industrializados. "Vamos promover a industrialização sustentável, investindo em energias renováveis, na socio-bioeconomia

e na agricultura de baixo carbono. Faremos isso sem esquecer que não temos a mesma dívida histórica dos países ricos pelo aquecimento global", declarou.

Após o evento, Lula teve uma reunião bilateral com o presidente cubano, Miguel Díaz-Canel. Havia a expectativa de que os dois presidentes trocassem, nesse encontro, da negociação da dívida da ilha com o Brasil. Mas, segundo interlocutores, o tema não entrou na pauta, uma vez que o assunto está sendo discutido entre técnicos que levantam o valor do passivo. Antes de embarcar para Nova York, Lula ainda fez uma rápida visita a Raul Castro.



Lula, na cúpula em Havana, criticou embargo ao país caribenho

Veículo: Impreso -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2